



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAL**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**CARLOS AUGUSTO CARVALHO DELLA NINA**

**O PAPEL DO CRÉDITO RURAL NO CRESCIMENTO E FORTALECIMENTO DA  
AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SALTO JACUÍ-RS**

**FLORIANÓPOLIS,**  
**2012.**

**CARLOS AUGUSTO CARVALHO DELLA NINA**

**O PAPEL DO CRÉDITO RURAL NO CRESCIMENTO E FORTALECIMENTO DA  
AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SALTO JACUÍ-RS**

Monografia submetida ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para  
obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof. Lauro Mattei

**FLORIANÓPOLIS**

**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAL**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PAPEL DO CRÉDITO RURAL NO CRESCIMENTO E FORTALECIMENTO DA  
AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SALTO JACUÍ-RS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 9125 – Monografia

Por: Carlos Augusto Carvalho Della Nina

Orientador: Prof. Lauro Mattei

**FLORIANÓPOLIS**

**2012**

**CARLOS AUGUSTO CARVALHO DELLA NINA**

**O PAPEL DO CRÉDITO RURAL NO CRESCIMENTO E FORTALECIMENTO DA  
AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SALTO JACUÍ-RS**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota 7 (sete) ao aluno Carlos Augusto Carvalho Della Nina na Disciplina CNM 9125 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

**Florianópolis, 04 de julho de 2012.**

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Lauro Mattei

Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sheila Vieira

Membro

---

Prof. Dr. Laércio Barbosa Pereira

Membro

## DEDICATÓRIA

À Deus, sempre presente, que com a sua graça  
permitiu que eu chegasse ao final desta etapa e  
pudesse conquistar meu objetivo.  
A toda minha família, que são luzes constantes  
nos meus dias.

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas direta ou indiretamente, foram responsáveis por essa conquista e estiveram ao meu lado na realização deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador Prof. Lauro Mattei, pela sua dedicação, esforço, pelo suporte constante, pelo comprometimento, foi através de seu esforço que traçaram-se os caminhos da pesquisa e foi possível o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

Agradeço as empresas Emater e Sicredi do Município de Salto do Jacuí pela disponibilidade de material dentro de suas limitações que possibilitaram o levantamento de dados para a elaboração da pesquisa.

Enfim, agradeço aos meus familiares pela força, aos meus amigos pela alegria, aos meus colegas pelo companheirismo, e a Deus pela oportunidade.

Meu agradecimento a todos que acreditaram que acreditam que o sonho é possível.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e da persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”.

José de Alencar

## RESUMO

Nos últimos anos é possível perceber um aumento na disponibilidade de crédito rural e na facilidade para a obtenção dos mesmos. Estudar o aumento do crédito rural e como o mesmo pode estar proporcionado o fortalecimento do setor agropecuário no Município de Salto do Jacuí é a principal proposta desse trabalho. Assim o problema da pesquisa é “Como o crédito rural têm influenciado o desenvolvimento econômico do Município de Salto do Jacuí, em especial das atividades agropecuárias na última década?” Para responder a questão problema e buscar o alcance dos objetivos propostos foi adotado como metodologia a pesquisa teórica e a pesquisa de campo. Para a construção do trabalho, o mesmo foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução, definição do tema, a situação problemática os objetivos da pesquisa os procedimentos metodológicos e a forma de estruturação do trabalho, esclarecendo ainda os objetivos gerais e específicos. O segundo capítulo é composto pelo referencial teórico. No capítulo três apresenta-se uma breve caracterização do município de Salto do Jacuí para situar o leitor sobre o local da pesquisa. No quarto capítulo foi realizada a análise e interpretação dos dados obtidos na coleta de campo com construção de tabelas e gráficos contendo informações de como está estruturado o sistema de produção agropecuária do Município, os volumes de recursos disponibilizados através dos programas de créditos na última década e demais dados da produção animal e vegetal. Os resultados encontrados após análise dos dados permitem concluir que assim como houve um aumento na liberação de créditos rurais também visualizou-se aumento na produção agrícola, especialmente nas culturas de soja, trigo e feijão e no aumento dos produtos ligados a atividade pecuária como a produção de leite bovino. Pode-se afirmar que através dessas constatações, o presente trabalho teve seu objetivo geral atingido verificando que o crédito rural tem um papel fundamental no crescimento e fortalecimento da agropecuária no município de Salto Jacuí-RS.

**Palavras-chave:** Crédito Rural. Produção Agrícola. Economia. Crescimento.

## **ABSTRACT**

In recent years it is possible to notice an increase in the availability of rural credit and the ease of obtaining the same. Studying the rise of rural credit and how it can be provided to strengthen the agricultural sector in the city of Salto Jacuí is the main purpose of this study. Thus the research problem is "How rural credit have influenced economic development in the city of Salto Jacuí, especially of agricultural activities in the last decade?" To answer the question problem and looking achieve the proposed objectives was adopted as a methodology to theoretical research and field research. For construction work, it was divided into four chapters. The first chapter presents the introduction, definition of theme, the problematic situation of the research objectives methodological procedures and how to structure the work, explaining also the general and specific objectives. The second chapter consists of the theoretical. Chapter three presents a brief characterization of the city of Salto Jacuí to situate the reader about the research site. In the fourth chapter was carried out the analysis and interpretation of data obtained in the collection of field construction of tables and charts containing information on how the system is structured agricultural production in the city, the volume of resources made available through the credit programs in the last decade and other data from animal and plant production. The results found after analyzing the data shows that just as there was an increased release of rural credits also envisioned an increase in agricultural production, especially in soybean, wheat and beans and related products increased cattle ranching as the production bovine milk. It can be argued that through these findings, this study has achieved its overall objective finding that rural credit has a key role in the growth and strengthening of agriculture in the city of Salto Jacuí-RS.

Keywords: Rural Credit. Agricultural Production. Economics. Growth.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Macrozoneamento da área do Município de Salto do Jacuí .....	3
Gráfico 1	Evolução da renda <i>per capita</i> no período de 2000 à 2008 .....	34
Gráfico 2	Indicativos do coeficiente de Gini (Brasil, Rio Grande do Sul e Salto do Jacuí).....	35
Gráfico 3	Evolução das operações de créditos comparativo entre valores de créditos rurais e o valor total de créditos disponibilizado pelo sicredi no período de 2002 à 2011.....	39
Gráfico 4	Variação da área plantada (2000 à 2010).....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de estabelecimentos da agricultura familiar, não familiar.....	31
Tabela 2	Número estabelecimentos agropecuários e áreas em Salto do Jacuí/RS (2006).....	31
Tabela 3	Número de Lavouras temporárias em Salto do Jacuí (2006) .....	32
Tabela 4	Quantidade de estabelecimentos e tipo de financiamento no Município (2006).....	37
Tabela 5	Valores de créditos rurais liberados pela sicredi no período de 2002 à 2011 em Salto do Jacuí .....	38
Tabela 6	Produção de grãos município de Salto do Jacuí (2010).....	40
Tabela 7	Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar, não familiar a quantidade produzida em litro/ano (2010).....	42
Tabela 8	Variação área cultivada no período de 2000 à 2010 .....	42
Tabela 9	Variação da produção no período de 2000 à 2010 .....	43
Tabela 10	Comparativo do valor da produção no período de 2001 à 2010.....	47

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Evolução das políticas públicas no Brasil .....	23
Quadro 2	Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Salto do Jacuí (RS).....	33
Quadro 3	Distribuição de renda <i>per capita</i> por domicílio Município de Salto do Jacuí .....	35
Quadro 4	Amostragem da variação da produção agrícola no período de 2000 à 2010 .....	46

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CAPITULO I: TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
1.1	INTRODUÇÃO .....	15
1.2	OBJETIVOS .....	17
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>17</b>
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
1.4	ESTRUTURA DA MONOGRAFIA .....	19
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>20</b>
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: O BRASIL E O CRÉDITO RURAL .....	20
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DO CAMPO.....	23
2.3	PRINCIPAIS AGENTES E LINHAS DE CRÉDITO RURAL EXISTENTES.....	25
<b>2.3.1</b>	<b>Sistema Banco do Brasil.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Sistema BNB e BASA.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Sistema BNDES.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3.4</b>	<b>Sistema Sicredi e suas linhas de réditos.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3.5</b>	<b>Sistema Cresol .....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO III: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ .....</b>	<b>28</b>
3.1	SALTO DO JACUÍ – HISTÓRIA E EVOLUÇÃO.....	28
<b>3.1.1</b>	<b>História da formação do Município.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1.2</b>	<b>O sistema de produção agropecuária do Município .....</b>	<b>29</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Estrutura fundiária do município .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1.4</b>	<b>Indicadores demográficos e humanos .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1.5</b>	<b>Aspectos econômicos e sociais .....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.4</b>	<b>Salto do Jacuí: desenvolvimento humano local em relação ao estado .....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO IV: IMPACTOS DO CRÉDITO RURAL NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE SALTO JACUÍ .....</b>	<b>37</b>

4.1	O CRÉDITO RURAL DISPONIBILIZADO AOS AGRICULTORES NOS ÚLTIMOS 10 ANOS .....	37
4.2	PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO .....	40
4.3	RELAÇÃO CRÉDITO X PRODUÇÃO .....	47
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO V: PRINCIPAIS CONCLUSÕES .....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>56</b>

# CAPITULO I: TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

## 1.1 Introdução

O presente trabalho de pesquisa apresenta um estudo sobre os impactos da modernização da agricultura ocorrida nas últimas décadas sobre o conjunto do país e, em particular, no município de Salto do Jacuí/RS. Assim, a evolução do crédito rural e o desenvolvimento do setor de agropecuária nesse município serão o principal foco de análise e estudo da presente monografia.

Nas últimas décadas o Brasil tem buscado formas de controlar ou minimizar os grandes problemas de êxodo rural e concentração de pessoas nas cidades em busca de outros meios de sobrevivência. Tais questões podem estarem ligados ao fato de que no campo as pessoas encontravam muitas dificuldades pela falta de políticas públicas e programas de créditos direcionados às pequenas propriedades rurais.

Porém, nos últimos anos as pequenas propriedades rurais organizadas em regime de mão-de-obra familiar passaram a ter acesso a diferentes formas de crédito rural (BALSAN, 2006), assim como a produção de grãos, o incremento das atividades pecuárias também está ganhando destaque nas políticas públicas para agricultura.

Desta forma, o principal motivo que nos impulsionou a realizar esta pesquisa foi a necessidade de compreender melhor como estão sendo trabalhadas as políticas públicas de apoio ao pequeno produtor rural, conhecendo as linhas de créditos oferecidos para modernização das pequenas propriedades rurais e para a diversificação de cultura nestas propriedades.

Todas estas questões envolvendo a modernização da agricultura, na opinião de Almeida (1997b, p. 39), tem alguns objetivos ou noções específicas de estarem acontecendo:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Para compreender melhor esse conjunto de temas é necessária também uma análise local. Segundo Buarque (2000, p. 25):

[...] desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Desta forma, é importante conhecer como o desenvolvimento local está acontecendo, quais são os fatores responsáveis, quais são os maiores problemas encontrados na busca pelo desenvolvimento, e quais as políticas que podem ser implementadas para fortalecer a economia local.

De acordo com Barquero (2002, p. 57) o desenvolvimento local é:

[...] processo de crescimento e mudança estrutural que transfere recursos tradicionais para modernos, aproveitando economias externas, inovações, aumentando o bem estar da população, e utilizando o potencial local, opera no processo de acumulação de capital nas cidades.

Neste contexto, a organização do sistema produtivo local e os investimentos nas políticas agrícolas deve ser foco de interesse e estudo, pois entende-se que desta forma são criados ambientes favoráveis para o desenvolvimento econômico, para a estruturação das famílias e para melhorar as condições necessárias que as estimule a permanecer no campo.

Salto do Jacuí é um município situado no Noroeste Rio-Grandense, tem sua economia baseada nas atividades de **agropecuária** (soja, milho, trigo, feijão e criação de gado), na **mineração** (extração de pedras preciosas) e na **geração de energia elétrica** (Usina hidrelétrica Leonel Brizola e Usina Hidrelétrica Passo Real). Nas últimas décadas o município tem se desenvolvido significativamente, especialmente nas atividades de agropecuária, cujo sistema é constituído, em grande parte, por pequenas propriedades que utilizam mão-de-obra familiar, sendo este um setor de suma importância para o desenvolvimento econômico de toda esta região.

Como aconteceu em todo o território brasileiro a partir da década de 1960, em Salto do Jacuí também foi visível à necessidade de modernização da agricultura. Para Balsan (2006), os artifícios de modernização acarretaram em conseqüências na atual dinâmica produtiva das atividades de agropecuária e nesta nova perspectiva o desenvolvimento sustentável é o que mais se destaca. Muitos são os impactos socioeconômicos causados pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola, as quais provocaram efeitos sociais e econômicos de grandes proporções em todas as regiões.

Com base nestas informações, pretende-se desenvolver um trabalho de pesquisa relacionando o crescimento da atividade agropecuária do município de Salto do Jacuí nos últimos dez anos e o aumento da liberação de Crédito Rural para o referido município. Registre-se que este estudo será feito de forma contextualizada buscando compreender as relações existentes entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano e social no município, na perspectiva de se obter melhorias na qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

O trabalho procura identificar se os programas de créditos rurais têm auxiliado no fortalecimento da agricultura familiar no município, uma vez que se supõe a existência de elos entre a disponibilidade de crédito e a expansão e melhoria das propriedades rurais. Tais fatos podem estar dando condições para uma maior organização da mão-de-obra familiar, promovendo o desenvolvimento econômico local e proporcionando também condições para a diversificação e ampliação das atividades nas pequenas propriedades.

Neste sentido, o trabalho limita-se a uma análise local dando enfoque para um estudo simplificado dentro de uma visão geral do tema. Desta forma, o estudo busca responder ao seguinte questionamento: como o crédito rural tem influenciado o desenvolvimento econômico do município de Salto do Jacuí, em especial das atividades agropecuárias na última década?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Realizar um estudo sobre a modernização da agricultura investigando como este processo aconteceu no município de Salto do Jacuí/RS, destacando-se o papel do crédito rural na evolução das atividades agropecuárias municipais.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Fazer uma revisão da literatura sobre a evolução do crédito rural no Brasil com o intuito de compreender as políticas agrícolas implementadas no Brasil.

- Caracterizar o município de Salto do Jacuí em termos geográficos, populacionais econômicos e sociais.
- Analisar a ligação entre liberação de crédito rural e expansão da produtividade agropecuária na última década, discutindo principais impactos do crédito rural sobre a produção Agropecuária do município.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

O delineamento da pesquisa pressupõe estudar os aspectos gerais da modernização da agricultura, investigando como este processo ocorreu no município de Salto do Jacuí/RS. Para tanto, será analisado o crescimento da atividade agropecuária local relacionando-a à evolução do crédito rural.

Neste caso, serão utilizados os métodos, qualitativo e quantitativo. O método qualitativo investiga as transformações que ocorreram no trabalho do agricultor através da modernização da agricultura e os investimentos realizados pelo Governo Federal em políticas públicas para o meio rural. Já o método quantitativo buscará dados estatísticos disponibilizados pelo Sicredi (Sistema de Créditos Cooperativo), Banco do Brasil e pela EMATER/RS (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) sobre o aumento do crédito rural no município de Salto do Jacuí e sobre o crescimento da produção agrícola nos últimos dez anos. As informações obtidas foram organizadas em tabelas e gráficos que foram interpretados e analisados no decorrer do trabalho.

Estes dados são referentes à indicadores econômicos da produção do município, tomando-se como referência os agricultores que utilizam o crédito rural para a implementação das atividades agrícolas em suas propriedades. Este procedimento visa verificar se os créditos rurais podem estar gerando aumento da produção e seus possíveis reflexos econômicos no município.

Além disso, faz parte do estudo também a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre informações relativas às políticas públicas de incentivo ao produtor rural, destacando-se as principais mudanças que ocorreram e seus reflexos sobre os métodos de produção agrícola nos últimos anos. Para tanto, foi usado como fonte de pesquisa, livros, revistas, jornais, Internet, Sites do Governo Federal, e demais materiais que puderam ser úteis na obtenção de informações necessárias para o desenvolvimento do tema proposto.

Segundo Galliano, (1979, p. 109):

A pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir novos conhecimentos a partir de informações publicadas em livros e documentos similares (catálogos, folhetos, artigos, etc.). Seu Objetivo é desenvolver, recolher e analisar as principais contribuições teóricas sobre determinado fato, assunto ou idéia.

Com a utilização desses métodos de pesquisa desenvolveu-se o tema proposto nesse trabalho, de tal forma para que todos os objetivos acima mencionados fossem atingidos.

## **1.4 Estrutura da monografia**

Este trabalho de pesquisa está estruturado em 4 capítulos. Em seu primeiro capítulo são apresentadas as questões introdutórias do trabalho, tais como introdução, objetivos da pesquisas, os procedimentos metodológicos e a estruturação do trabalho. O segundo capítulo aborda as questões teóricas sobre as políticas públicas, nessa etapa foram contextualizadas as características das políticas de créditos do Brasil, o que representa a agricultura familiar e as principais linhas de crédito rural.

No capítulo 3 apresenta-se o município de Salto do Jacuí, com um breve histórico sobre sua formação e evolução. Nessa etapa também são apresentadas características do município, indicadores demográficos e humanos e os principais aspectos políticos, econômicos e sociais.

No capítulo 4 são analisados os dados obtidos na pesquisa de campo, abordando questões sobre o sistema agropecuário do município, a variação do crédito ruraal e a variação da produção agrícola entre os anos de 2000 a 2010, com alguns dados de recentes de 2011.

## CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Políticas Públicas: O Brasil e o crédito rural

O crédito rural no Brasil, segundo Toesca (2008), começou a surgir por volta de 1930. Contudo, durante os anos de 1940 até 1960, os recursos para o setor agrícola foram direcionados para outros setores da economia brasileira.

Para Spolador (2001), com a ausência de recurso para o setor agrícola, nos anos de 1950 ocorreu um aumento de valores para os produtos agrícolas e, conseqüentemente, a falta de abastecimento dos mesmos. Tais fatores levaram o país a repensar as políticas públicas agrícolas planejando novas linhas de créditos para o setor.

Diante disto, no início da década de 1960, o setor agrícola do país passou por uma transformação e modernização, conforme explica Balsan (2006, p. 124):

Somente a partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira inicia o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde. Emergem, nessa década, com o processo de modernização da agricultura, novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Como conseqüências do processo são apontados, além da acirrada concorrência no que diz respeito à produção, os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais.

No início da modernização agrícola o Brasil foi impulsionado por uma política de créditos facilitados e pelo desenvolvimento das grandes produções agrícolas. As monoculturas representam um papel crescente neste período, sendo que algumas culturas foram sendo substituídas por outras, pelas mudanças dos padrões alimentícios ou por apresentarem incentivos de preços como foi o caso da soja (GONÇALVES NETO, 1997).

Com a necessidade de incentivos no setor agrícola do país a partir da crise dos anos 1950, o Ministério da Fazenda e o Banco Central desenvolveram um planejamento de ação a fim de estimular a produção agrícola brasileira e potencializar financeiramente os produtores rurais (TOESCA, 2008). Esta nova política de créditos estimulou o aumento de recursos para financiar créditos e desenvolveu o interesse das instituições financeiras para conceder empréstimos.

Sobre estas questões, (Sayad, 1978; Barros, 1979), mostram alguns dados sobre o crescimento do crédito rural durante a década de 1960.

A política agrícola adotada a partir de 1965 produziu um rápido crescimento da participação do crédito rural no total do crédito destinado a investimentos na economia. Em 1964 essa participação que era de 29%, cresceu para 53,3% em 1966 atingindo 71% em 1968.

Com isso, em apenas quatro anos a participação no crédito rural quase que triplicou.

A partir do processo de modernização do sistema agrícola produtivo nos anos de 1960, o Governo Federal passou a criar programas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura e pecuária e conseqüentemente para a modernização desta atividade, assim como incentivos às ocupações de áreas livres para aumento da produção.

Fernandes, (2010, p. 4) explica que neste período no Brasil

[...] havia terras “livres” a serem ocupadas o aumento da produção brasileira se deu justamente via incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Naquele momento a expansão da fronteira agrícola rumo às áreas de cerrado se deu de fato pautada sobretudo na ação do Estado, que desenvolveu alguns programas voltados a esse fim. Entre eles pode-se destacar o PRODECER (Programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento do cerrado, estabelecido entre os anos 1979-2001), o POLOCENTRO (Programa de desenvolvimento do cerrado, instituído em 1975) e a SUDECO (Superintendência para o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, criada em 1967).

Com estes programas, que em sua maioria, beneficiavam grandes produtores, começou no Brasil o processo de expansão e maior produtividade agrícola e agropecuária. Contudo, esta nova fase econômica trouxe algumas conseqüências, conforme afirma Balsan (2006, p. 226):

O “modelo” agrícola adotado na década de 1960-70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores.

Neste contexto, Silva (1999), nos coloca que a modernização agrícola não ocorreu de forma global, mas sim beneficiou algumas regiões e alguns produtores. Na visão de Balsan (2006, p. 128), muitos impactos surgiram durante esta fase de modernização do setor agrícola, tais como: “êxodo rural, diferenças estruturais, processo de especialização, concentração fundiária, concentração de renda, exploração da mão-de-obra, problemas ambientais, entre outros”. Talvez o maior problema causado tenha sido o êxodo rural, pois o pequeno produtor sem condições de competir acabou abandonando o campo à procura de melhores condições de vida na cidade. Conforme Martine (1987, p. 10): “O campo se industrializou, se eletrificou e

se urbanizou parcialmente, entretanto, o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades”.

Para Silva (1982), as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Neste enfoque, Martine (1990), ressalta que com a mecanização promoveu-se uma verdadeira “expulsão” do homem do campo. No período do auge do processo, entre 1970 e 1980, foram 30 milhões de pequenos produtores “expulsos” de suas terras. Sem terra e sem emprego suficiente para todo o contingente que perdia suas terras, vender a força de trabalho nas áreas metropolitanas era a única saída aumentando consideravelmente o êxodo rural.

Para Agra e Santos (2010, p. 3):

[...] na desigualdade da modernização da agricultura brasileira encontra-se o Estado, utilizado como principal agente indutor desse processo que, através do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, dos subsídios e das políticas de maxidesvalorização cambial, atuou em benefício dos grandes proprietários e das multinacionais, assumindo seus custos e riscos de produção e repassando-os à sociedade.

Neste mesmo ponto de vista, Martine, (1990) nos coloca que a eficiência econômica dos grandes produtores nada mais é que a expressão do seu poder em obter auxílio do Estado. Ou seja, é muito mais uma força política do que econômica, admitindo que a modernização só foi possível mediante a intervenção do Estado, sendo um processo completamente induzido pelas políticas públicas concentradoras.

Ainda na década de 1970 visualizou-se novamente no país a queda de políticas de crédito rural devido a fatores como: crise internacional do petróleo que culminou no aumento das taxas de inflação no Brasil; desequilíbrios econômicos; baixa participação dos produtores no crédito rural; concentração do crédito nas mãos dos grandes proprietários de terra (SAYAD, 1978; BARROS, 1979).

Nos anos de 1980 e 1990 novo planejamento para políticas de crédito rural foram criadas, desta vez pensando também no pequeno produtor rural, sendo que a evolução das políticas públicas de crédito rural no Brasil pode ser visualizada no Quadro 1.

Quadro1- Evolução das políticas públicas no Brasil

Ano	Programa
1964	Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
1965	Institucionalização do Crédito Rural, através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.
1966	Edição do Decreto nº 58.380, que aprovou o Regulamento do Crédito Rural.
1967	Resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola.
1967	O Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 dispõe sobre os títulos de crédito rural
1973	Institucionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), por meio da Lei nº 5.969, de 11 de maio de 1973.
1986	Extinção da conta-movimento, o que limitou os recursos para o crédito rural à disponibilidade da União.
1986	Criação da poupança rural
1991	Aumento da participação do BNDES no crédito rural através do Finame Rural e do Programa de Operações Conjuntas e do Programa de Operações Diretas.
1995	Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
1996	Criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária
1998	Criação do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop).

Fonte: Adaptado de (Martins, 2010)

## 2.2 Agricultura familiar e o desenvolvimento global do campo

Conforme visto anteriormente, os investimentos que foram realizados pelas políticas públicas no Brasil até a década de 1990 acabaram beneficiando os grandes produtores rurais. Entretanto, lentamente o governo foi tomando consciência dos grandes problemas gerados a partir da modernização da agricultura.

Segundo Agra e Santos, (2010, p. 6):

Chegou-se ao reconhecimento de que o modelo de modernização da agricultura, não atendeu às necessidades básicas da grande massa dos trabalhadores rurais carentes – permanecendo os altos índices de pobreza, enquanto os latifúndios e os complexos agroindustriais eram cada vez mais fortalecidos.

A partir deste novo contexto, é que surgiu a necessidade de políticas e iniciativas capazes de promover o desenvolvimento mais globalizado, que permitisse ao pequeno produtor rural sua estruturação e permanência no campo.

As políticas públicas e a modernização da agricultura comprometeram a permanência do pequeno agricultor no campo, para Kaimowitz (1997, p. 60):

As políticas de subsídios tampouco favoreceram a equidade, já que foram as empresas de médios e grandes produtores os que tiveram maior acesso aos subsídios. Os programas de crédito subsidiado e tecnologia para os pequenos produtores sempre recebiam menos recursos que os programas para os grupos mais fortes. Em grande medida, os camponeses sofreram o impacto das políticas que discriminavam a agricultura, mas não gozaram dos benefícios das políticas que deveriam compensar por tal discriminação.

A partir destas condições econômicas, muitos pequenos agricultores deixaram o campo, e as conseqüências sociais deste processo acabaram despertando o planejamento de políticas públicas voltadas para os pequenos produtores rurais (BRUM, 1988). Assim, aos agricultores, com pequenas propriedades rurais que insistiram em permanecer no campo, foram necessárias a diversificação de cultura e uma política de créditos distribuída de forma mais igualitária.

Com isso, novas políticas públicas de incentivo as pequenas propriedades foram sendo planejadas e desenvolvidas, especialmente a partir da década de 1990, pois, a necessidade de planejamento e investimento voltado ao pequeno produtor rural era condição fundamental para o desenvolvimento global do campo. Foi a partir disto, que se intensificaram os estudos sobre as reais condições do campo, buscando promover uma nova forma de financiamento da agropecuária brasileira, destacando-se assim, a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O PRONAF, criado em 1995 pelo Governo Federal, tinha como objetivo garantir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares, por meio do aumento e da diversificação da produção, propiciando assim o crescimento dos níveis de emprego e renda.

A criação do PRONAF representou uma nova estratégia de desenvolvimento rural, articulada a partir de órgãos do Governo Federal e contando com o apoio de organismos internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO).

De acordo com Souza e Cume (2008 p. 15) para a realização do projeto:

[...] foram utilizados dados Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1985, para traçar o perfil socioeconômico da agricultura familiar brasileira. A partir de então, os agricultores familiares passaram a ser caracterizados segundo as relações sociais de produção que desenvolvem. Assim, a agricultura familiar foi definida com base em três características centrais: a) a gestão

da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços consangüíneos ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A partir da estruturação do programa, definição de taxas de juros e linhas de financiamento voltadas à promoção da sustentabilidade e a geração de renda dos empreendimentos rurais de pequeno porte, foram sendo criadas novos sub-programas, como o PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Agroindústria, PRONAF Eco, PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia e outras (EMATER/RS).

Para Sousa e Cume (2008, p. 19):

O PRONAF passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, em função de sua importância para a produção de alimentos para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras e, principalmente, como geradora de postos de trabalho e renda.

Além do PRONAF, de acordo com o Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nas últimas décadas, outros programas vêm sendo desenvolvidos para promoção de alternativas ao pequeno produtor rural, tais como: alimentação escolar, agroindústrias, assistência técnica, biodiesel, garantia-safra, mais alimentos, entre outros.

## **2.3 Principais Agentes e Linhas de Crédito Rural Existentes**

O crédito rural é suprimento de recurso financeiro para aplicação em finalidades e condições específicas das atividades rurais. Os principais objetivos do crédito rural é estimular os investimentos, favorecer o custeio para a produção, fortalecer o setor rural e incentivar novos métodos no sistema de produção. Neste sentido, existem algumas finalidades de cada tipo de crédito rural, tais como:

- 1) crédito de custeio: quando destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos;
- 2) crédito de investimento: quando destina-se a aplicação em bens ou serviços cujo desfrute se estende por vários períodos de produção;

3) crédito de comercialização: quando destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior a colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

De acordo com pesquisas realizadas através do Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário e site do Sicredi, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), foi possível conhecer as principais linhas de crédito rural que são oferecidas por diversos agentes financeiros (BB, BNDES, BRDE, BNB, BASA, Cooperativas de Crédito, Bancos Cooperativos, etc.), os quais procuram levar aos produtores rurais as oportunidades de investir em atividades diversas em sua propriedade.

### 2.3.1 Sistema Banco do Brasil

O Banco do Brasil é o principal agente financeiro que opera o crédito rural no país, tanto para o setor do agronegócio como para a agricultura familiar. A grande maioria dos recursos do tesouro nacional destinada à função agricultura é operada pelo BB em suas diferentes linhas de crédito.

### 2.3.2 Sistema BNB e BASA:

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA) operam praticamente todos os recursos do tesouro nacional com as linhas de microcrédito para pequenos investidores e empréstimos de pequenos valores.

### 2.3.3 Sistema BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que opera com recursos do Tesouro Nacional e também recursos próprios mantém diversas linhas de financiamentos para o setor rural do país, destacando-se:

- a) MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
- b) MODERINFRA - Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem
- c) MODERAGRO - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais.

d) PROPFLORA - Programa Nacional de Florestas

e) PRODUSA - Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável.

Além dessas linhas específicas, o BNDES disponibiliza recursos para cooperativas de crédito e para bancos cooperativos que atuam junto aos agricultores, com destaque para o PRONAF.

### 2.3.4 Sistema Sicredi e suas linhas de créditos

O Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) atua como um banco cooperativo com mais de um milhão e oitocentos mil associados e opera com 119 cooperativas de crédito em mais de 1.100 pontos de atendimento em dez estados brasileiros. Em Salto do Jacuí/RS, o Sicredi é um dos maiores bancos situados no município. Atualmente tem mais de 3.896 associados e está atuando no município há 17 anos.

O Sicredi opera vários programas de financiamento rural do BNDES, com diferentes opções de investimento, juros e prazos atrativos, propiciando aos associados oportunidades de desenvolvimento e aumento da rentabilidade de suas atividades agropecuárias.

### 2.3.5 Sistema Cresol

Este é um sistema de cooperativas de crédito que atua mais fortemente na região Centro-Sul do país e que tem uma forte ação com recursos do PRONAF para atender parte do segmento dos agricultores familiares que ainda encontram dificuldades de obter financiamentos nos agentes financeiros tradicionais.

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Esse programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Em síntese, esses são alguns dos principais agentes e linhas de créditos rurais que foram desenvolvidos pelo Governo Federal e que são ofertadas aos produtores rurais através da multiplicidade de agentes bancários espalhados pelo país.

## **CAPÍTULO III: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ**

### **3.1 Salto do Jacuí – História e evolução**

#### **3.1.1 História da formação do Município.**

O site oficial do município informa que por volta de 1.877 oito famílias açorianas fixaram suas moradias no atual município de Salto do Jacuí, vindos de locais vizinhos. A história da formação do município está fortemente ligada ao nome Joanes Guereiro do Amaral, conhecido como capitão Jones. Desde 1870 este senhor era proprietário de aproximadamente 40 colônias de terras onde desenvolvia atividades agropecuárias.

O nome do município teve várias mudanças. Primeiramente foi chamado de Potreirinho ou Potreiro Grande, já que lá eram escondidos cavalos e mulas no tempo das revoluções (MONTAGNER, 2003). As demais denominações atribuídas ao local, de acordo com Montanger (2003), são de origem indígena "Jacuí" (Rio dos Jacuí e Rio das Canoas) e "Salto" (Queda d'água), e ainda estão ligados ao Rio Jacuí que é o maior lago artificial do estado do Rio Grande do Sul, o mesmo atravessa o município, e foi inspiração para denominações ao longo de sua história, tais como: Rincão do Jacuí; Jacuí; Rincão do Jacuí Grande; Salto Grande; Salto Grande do Jacuí, até que com sua emancipação em 1982, recebeu a denominação atual Salto do Jacuí.

Salto do Jacuí, segundo dados da FAMURS (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul), pertence a Microrregião de Cruz Alta, Mesorregião Noroeste Rio-Grandense. A altitude da sede é de 322 metros, e encontra-se a 218,54 km de distância de Porto Alegre – capital do estado do Rio Grande do Sul. A área territorial do município é de 519,20 km<sup>2</sup>.

No ano de 1951 teve início a transformação da história do município com as obras de construção da Barragem do Passo Real. Inicialmente, a empresa Mantiqueira S/A realizou uma obra de construção de um túnel que liga a barragem com a casa de máquinas da empresa

a partir disto, ocorreu um processo acelerado de povoação da vila, formando-se a vila residencial dos funcionários da CEEE, que trabalhavam na usina (MONTANGER, 2003).

A comunidade de Salto do Jacuí teve sua emancipação política-administrativa promulgada através da Lei Estadual nº 7.657, de 12 de maio de 1982, sendo que a primeira administração independente ocorreu a partir de 1º de janeiro de 1983, completando em 2012, 29 anos de emancipação.

### 3.1.2 O sistema de produção agropecuária do município

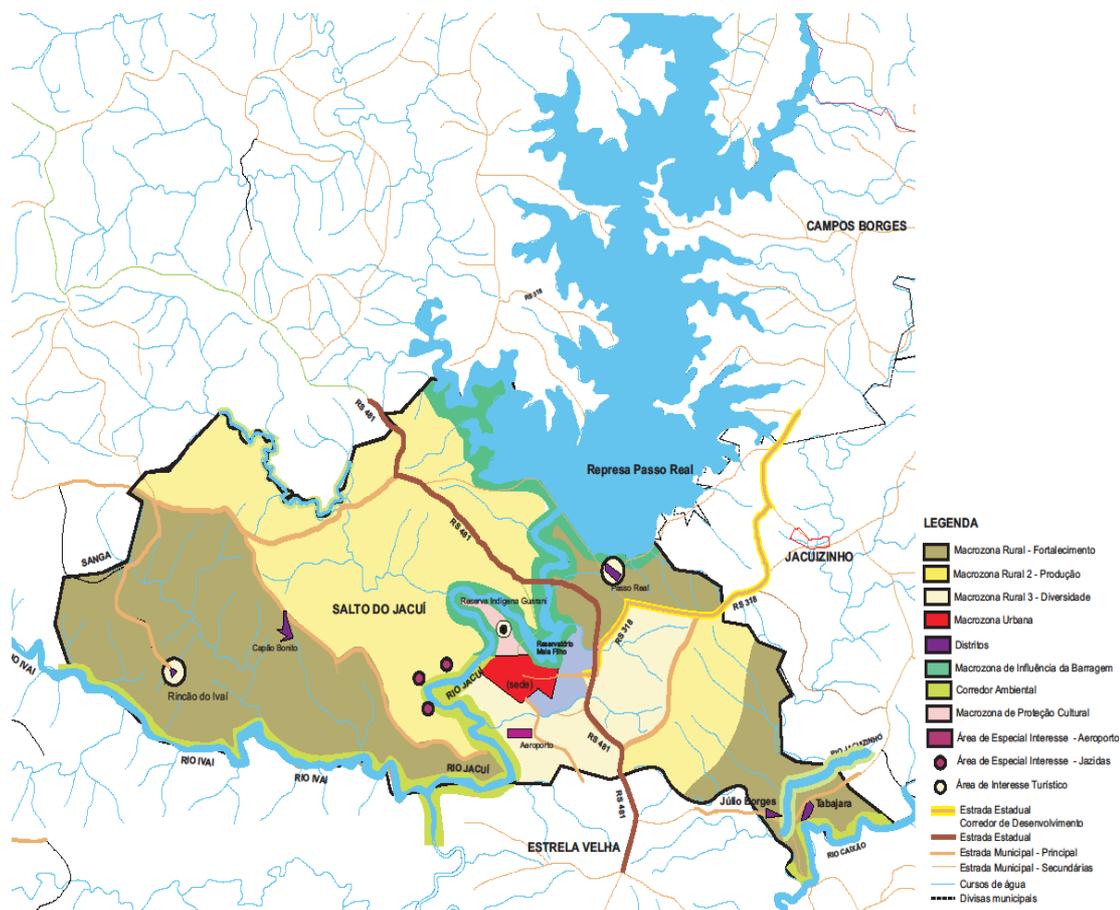
Para auxiliar no desenvolvimento agropecuário do município de Salto do Jacuí, os agropecuaristas contam com a assistência técnica da EMATER/ASCAR - RS (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural). A EMATER é responsável por oferecer todo o acompanhamento técnico nas diversas linhas de produção agrícola e agropecuária no município.

Na área financeira, a maioria dos agropecuaristas do município buscam auxílio junto ao Sicredi (Sistema de Créditos Cooperativo) e Banco do Brasil do município devido às linhas de créditos oferecidas e a facilidade de liberação dos recursos.

Para uma análise do sistema de liberação de crédito e evolução da produção agropecuária do município de Salto do Jacuí, recorreu-se a essas três instituições com o objetivo de verificar a evolução da produção agropecuária do município associada ao aumento da liberação de crédito rural. Assim, as informações que serão analisadas a seguir foram disponibilizadas pela Emater, Sicredi e Banco do Brasil, sendo que os dados coletados são dessas fontes primárias e de fontes secundárias indicadas por essas instituições.

Para uma melhor visualização da área da pesquisa apresenta-se a Figura 1 onde pode ser observado o macrozoneamento de Salto do Jacuí, podendo ser identificado a área rural do município. O mapa foi elaborado pela empresa LATUS – Consultoria e Assistência Técnica durante a realização do Plano Diretor Participativo desenvolvido no ano de 2011 no município.

Figura 1: Macrozoneamento da área do município de Salto do Jacuí



Fonte: Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí

Na Figura 1 pode ser visualizado o macrozoneamento do município de Salto do Jacuí onde está destacada a área rural do mesmo. Grande parte da área do município está destinada a agricultura, com áreas definidas pelo Plano Diretor Participativo como áreas de fortalecimento, áreas de produção, áreas de diversidades e áreas de preservação ambiental, o que destaca ainda mais o potencial agrícola do município.

### 3.1.3 Estrutura fundiária do município

A estrutura fundiária corresponde a forma como as propriedades agrárias de uma área estão organizadas em um determinado espaços seja, município, estado ou país. Em Salto do Jacuí, a estrutura fundiária encontra-se dividida propriedades familiar e não familiar.

Para ser classificado como propriedade familiar no Censo Agropecuário (e segundo a Lei nº 11.326), o estabelecimento precisa atender simultaneamente às condições detalhadas na lei. Os estabelecimentos não enquadrados nesses parâmetros foram designados como não

familiares, entre os estabelecimentos que não se enquadram na Lei 11.326 estão os pequenos e médios, quer pelo limite de área quer pelo limite de renda.

Segundo informações do IBGE (2006), último Censo Agropecuário, Salto do Jacuí possuía em 2006, 655 propriedades rurais desse total, 289 estão enquadradas como propriedade familiar e 366, como não familiar, Tabela 1.

Tabela 1- Número de estabelecimentos da agricultura familiar, não familiar

<b>Tipo de propriedade</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>
Não Familiar	366
Familiar	289
Total	655

Fonte: IBGE (2010)

Os estabelecimentos, familiar e não familiar, do município de Salto do Jacuí desenvolvem atividades agrícolas e pecuárias, sendo que a produção agrícola destaca-se nas culturas de soja, milho, trigo e feijão e a atividade pecuária destaca-se a produção bovina com criação de gado de corte e produção de leite, sendo que dos 655 estabelecimentos rurais do município, 197 desenvolvem atividades ligadas a produção de leite e 452 trabalham com plantio de lavouras temporárias.

Outro dado fornecido pelo IBGE é quanto ao número de estabelecimentos ligados a atividade agropecuária por área total de terra, e, a área total de terra por grupo de estabelecimentos, conforme Tabela 2.

Tabela 2-Número estabelecimentos agropecuários e áreas em Salto do Jacuí/RS (2006)

Grupos de atividade econômica	Grupos de área total	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Total	Total	655	40.902
	De 0,1 a menos de 5 ha	83	207
	De 5 a menos de 100 ha	481	9119
	De 100 a menos de 1000 ha	81	23.668
	De 1000 a menos de 2500 ha	5	7.908
	De 2500 ha e mais	1	X
	Produtor sem área	4	0

Fonte: IBGE (2010)

Como mostram os dados da Tabela 2, dos 655 estabelecimentos agropecuários registrados pelo IBGE em 2006, 564 são formados por propriedades com áreas de 0,1 à 100

hectares, representando 86,10% dos estabelecimentos. Pode-se verificar ainda que 88 estabelecimentos são formados por áreas de terra de 100 a 2.500 hectares e mais. Enquanto que 564 estabelecimentos com área de terra de 0,1 à 100 hectares ocupam uma área total de 9.326 hectares, 88 estabelecimentos com área de 100 a 2.500 hectares e mais ocupam uma área total de 31.576 hectares.

Quanto ao número de lavouras temporárias nesses estabelecimentos rurais, que compreende a produção principal de soja, trigo, milho e feijão, podem ser visualizados os números de estabelecimentos relacionados às áreas de terras ocupadas conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3- Número de lavouras temporárias em Salto do Jacuí (2006)

Grupos de atividade econômica	Grupos de área total	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Lavoura temporária	Total	452	34.198
	De 1 a menos de 5 ha	46	120
	De 5 a menos de 100 ha	340	3.892
	De 100 a menos de 1000 ha	57	17.026
	De 1000 a menos de 2500 ha	5	7.908
	De 2500 ha e mais	1	X
	Produtor sem área	3	0

Fonte: IBGE (2006)

De acordo com os dados das Tabelas 2 e 3 é possível verificar que dos 655 estabelecimentos rurais do município de Salto do Jacuí, 452 desenvolvem atividades econômicas com plantio de lavouras temporárias representando 69% do total. Quanto a área de terra ocupada dos 40.902 hectares 34.198 hectares são ocupados com atividades de lavouras temporárias representando 83,60% do total das áreas dos estabelecimentos agropecuários.

### 3.1.4 Indicadores demográficos e humanos

De acordo com o Censo IBGE (2010), o município de Salto do Jacuí possui 11.519 habitantes, sendo que deste total 6.001 são mulheres e 5.518 são homens, conforme pode ser visto no Quadro 2, que também apresenta essa população do município segundo as diferentes faixas etárias.

Quadro 2-Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Salto do Jacuí (RS)

Idade	Homens	Mulheres
<b>Mais de 100 anos</b>	2	1
<b>95 a 99 anos</b>	1	2
<b>90 a 94 anos</b>	9	10
<b>85 a 89 anos</b>	17	28
<b>80 a 84 anos</b>	38	49
<b>75 a 79 anos</b>	71	93
<b>70 a 74 anos</b>	135	123
<b>65 a 69 anos</b>	142	190
<b>60 a 64 anos</b>	243	246
<b>55 a 59 anos</b>	268	280
<b>50 a 54 anos</b>	378	341
<b>45 a 49 anos</b>	401	413
<b>40 a 44 anos</b>	475	421
<b>35 a 39 anos</b>	433	428
<b>30 a 34 anos</b>	412	480
<b>25 a 29 anos</b>	404	486
<b>20 a 24 anos</b>	421	434
<b>15 a 19 anos</b>	562	529
<b>10 a 14 anos</b>	584	533
<b>5 a 9 anos</b>	465	505
<b>0 a 4 anos</b>	417	410

Fonte: Adaptado de IBGE – Pirâmide etária – Salto do Jacuí – RS (2010).

O Quadro 2 mostra que a população feminina do município no ano de 2010 era superior a masculina num total de 483 habitantes. Quanto à distribuição da população no território municipal os dados do IBGE (2010) apontam que desta população 8.450 são moradores da área urbana e 3.069 habitantes da área rural do município.

### 3.1.5 Aspectos econômicos e sociais

Atualmente a economia de Salto do Jacuí se baseia na agropecuária (soja, milho, trigo, feijão, criação de gado) e na mineração (extração de pedras preciosas), geração de energia elétrica (Usina Hidrelétrica Leonel Brizola e Usina Hidrelétrica Passo Real). O município também possui um bom potencial turístico, pois a Barragem do Passo Real e a construção da usinas hidroelétrica fortaleceram este potencial possibilitando que nas águas do Rio Jacuí sejam desenvolvidas atividades náuticas a motor ou a vela, ao mesmo tempo em que nas margens do Rio Jacuí também existem áreas para camping e pesca esportiva.

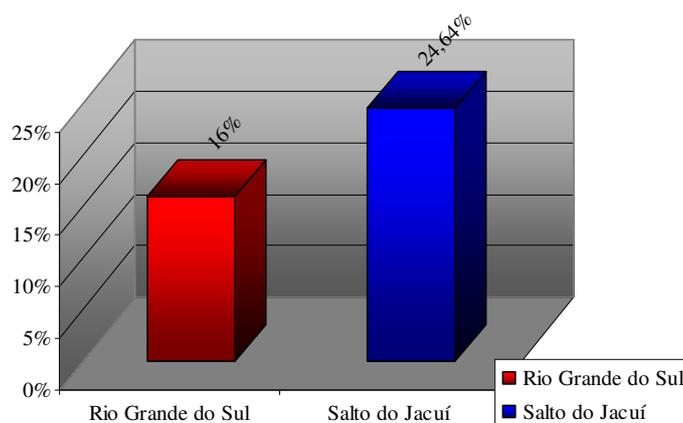
Segundo dados do escritório da Emater/RS localizado no município, apesar da área rural apresentar um número populacional bastante inferior a população urbana, a maior fonte

econômica do município está ligada à agropecuária. As atividades que mais se destacam são: agricultura na produção das culturas de milho, feijão, trigo, soja, aveia grão, fumo, cevada e cana de açúcar e agropecuária com a criação de suínos, ovinos, gado de corte e gado leiteiro. A agricultura é responsável pela geração de dezenas de empregos no campo.

Uma análise do desempenho econômico do município de Salto do Jacuí permite perceber a importância da produção agropecuária para o município. Os dados confirmam o perfil econômico rural de Salto do Jacuí, município conhecido pela larga produção de grãos e rebanhos. O valor adicionado bruto (VAB) no setor agropecuário do município em 2009 em mil reais, segundo dados da FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado e IBGE (2009) foi de R\$ 40.887,00, o valor adicionado bruto para a indústria ficou em R\$ 50.353 e no setor de serviços o valor adicionado bruto foi de R\$ 84.365 do VAB total. Como pode ser visto o valor adicionado bruto da indústria ficou maior que o da agropecuária isso deve a produção de energia elétrica das duas usinas do município, no entanto, somente certo percentual da produção total retorna ao município.

Os indicadores econômicos permitem ainda a verificação de um crescimento na renda *per capita* no município no período entre 2000 e 2008. No Estado do Rio Grande do Sul o crescimento do PIB *per capita* nesse período foi de 16%, enquanto que o município de Salto do Jacuí teve um crescimento na ordem de 24,64%. Em 2000 a renda *per capita* do município era de R\$ 10.666 e em 2008 o PIB passou para R\$ 13.730. O Gráfico 1 apresenta um comparativo entre o município e o Estado do Rio Grande do Sul da evolução *per capita* no período de 2000 à 2008.

Gráfico 1- Evolução da renda *per capita* no período de 2000 à 2008.



Fonte: FEE (2010)

A renda *per capita* por domicílio no município Salto do Jacuí, segundo dados da FEE, apresenta a distribuição conforme Quadro 3. Esses dados mostram que 59,85% dos domicílios do município possuem renda *per capita* de até um salário mínimo.

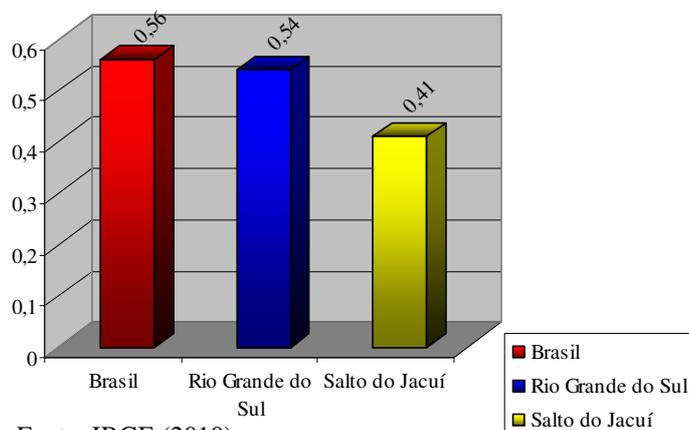
Quadro 3- Distribuição de renda *per capita* por domicílio município de Salto do Jacuí

Renda per capita por domicílio	Salto do Jacuí
Até ¼ do salário mínimo	7,42
Mais de ¼ à ½ do salário mínimo	20,17
Mais de ¼ á 1 salário mínimo	32,26
Mais de 1 à 2 salários mínimos	23,10
Mais de 2 à 3 salários mínimos	7,01
Mais de 3 à 5 salários mínimos	4,30
Mais de 5 salários mínimos	2,57
Sem rendimentos	3,17
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE 2010

Mesmo com um percentual alto de pessoas recebendo até um salário mínimo, o município possui, segundo dados do IBGE (2000), um bom coeficiente de Gini, comparado ao Brasil e ao estado do Rio Grande do Sul, conforme dados do Gráfico 2.

Gráfico 2- Indicativos do coeficiente de Gini (Brasil, Rio Grande do Sul e Salto do Jacuí).



Fonte: IBGE (2010)

Conforme pode ser visto no Gráfico 2 o coeficiente de Gini no Brasil em 2010 era de 0,56, enquanto que no Rio Grande do Sul esse índice media 0,54 e em Salto do Jacuí 0,41. O Coeficiente de Gini mede o nível de desigualdade da renda. Quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade. Comparativamente ao Brasil e ao Estado do Rio Grande do Sul, o município de Salto do Jacuí, com um coeficiente de Gini 0,41, apresenta uma melhor distribuição de renda.

Através das informações e dados obtidos sobre o município de Salto do Jacuí é possível observar que o mesmo possui um bom potencial econômico. Pois as principais atividades econômicas estão fortalecidas e em expansão. A economia agropecuária está estruturada em propriedades familiar e não familiar onde se destaca a produção de grãos como: feijão, milho, soja e trigo e na criação de gado bovino para a produção leiteira e criação de gado de corte. Essas atividades desenvolvem-se em áreas rurais que podem ser fortalecidas e em áreas de produção com uma estrutura fundiária cujas propriedades estão formadas com áreas de terra que variam de 0,1 à 2500 hectare. Além disso, o município conta com a economia gerada através do aproveitamento dos recursos hídricos, estando em funcionamento duas pequenas usinas de geração de energia elétrica que contribuem para o aumento da economia sendo através da geração de energia elétrica ou com o desenvolvimento do turismo em áreas alagadas. Ainda que o município não tenha grande destaque no desenvolvimento social, o mesmo apresenta um coeficiente de Gini considerado médio, com crescimento também da renda *per capita*.

## CAPÍTULO IV: IMPACTOS DO CRÉDITO RURAL NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE SALTO JACUÍ

### 4.1. O crédito rural disponibilizado aos agricultores nos últimos 10 anos

Em uma análise geral dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar existente no município de Salto do Jacuí que somam 655 estabelecimentos, de acordo com dados de IBGE (2010), pelo menos 315 já obtiveram algum tipo de crédito rural disponibilizado pelos governos federais ou estadual o que representa um percentual de 48,09% do total. A Tabela 4 apresenta esses dados com uma amostragem da finalidade dos financiamentos, o número de estabelecimentos que investiu em cada finalidade no município.

Tabela 4- Quantidade de estabelecimentos e tipo de financiamento no município (2006)

Município	Tipo	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção
Salto do Jacuí	Não Familiar	110	84	2	4
Salto do Jacuí	Familiar	38	171	1	5

Fonte: IBGE (2010)

Os dados da Tabela 4 mostram que entre os estabelecimentos não familiares no município a aplicação do crédito rural destacou-se na utilização da finalidade de investimento (110) estabelecimentos. Já entre os estabelecimentos da agricultura familiar o crédito rural foi mais utilizado com a finalidade de custeio (171) estabelecimentos. Conforme já visto anteriormente, o crédito custeio destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos; o crédito de investimento destina-se a aplicação em bens ou serviços por vários períodos de produção e o crédito de comercialização destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior a colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

Os dados da Tabela 4 permitem uma análise geral fornecida pelo IBGE (2010), sobre o crédito rural. Em termos locais, procurou-se informações junto a Sicredi Cooperativa de

Créditos estabelecida no município, Banco do Brasil e EMATER. A busca desses dados tinha o objetivo identificar a evolução dos créditos rurais no município nos últimos 10 anos<sup>1</sup>.

A Sicredi de Salto do Jacuí, desenvolve várias linhas de créditos específicas para produtores rurais baseada na política de créditos do Governo Federal, especialmente os financiamentos rurais do BNDES e BRDE. Além disso, a Sicredi possui sua própria política de créditos.

Na Tabela 5 apresentam-se dados sobre o total de crédito rural que foi destinado aos estabelecimentos rurais do município de Salto do Jacuí na sicredi durante o período de 2002 a 2011.

Tabela 5 - Valores de créditos rurais liberados pela Sicredi no período de 2002 a 2011 em Salto do Jacuí

<b>Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Total de Crédito Rural	843.425,00	955.342,00	1.019.918,00	1.551.332,00	2.292.125,00
<b>Ano</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Total de Crédito Rural	3.545.000,00	4.250.000,00	6.134.917,00	10.201.323,00	14.130.718,00

Fonte: Sicredi (2012)

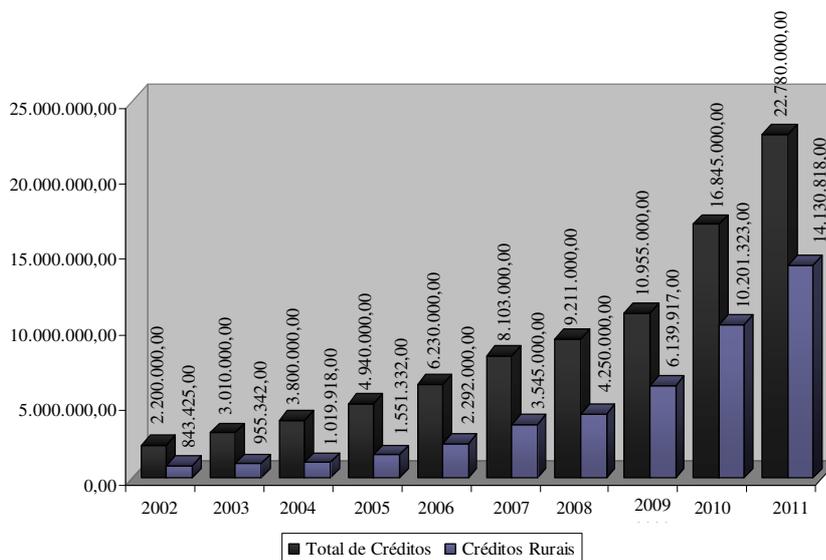
Elaborado pelo autor

Os relatórios fornecidos pela Sicredi para a extração dos dados permitem uma análise do período de 2002 à 2011. Nesse período pode-se observar uma evolução significativa dos valores de crédito rural concedido por esse agente financeiro, conforme mostra a Tabela 5, sendo que em 2002 o total de crédito foi de R\$ 843.425,00 passando para R\$ 14.130.718,00 em 2011, representando um aumento de mais de R\$ 13.000.000,00 em 10 anos.

Para uma maior visualização dos dados apresenta-se os Gráfico 3 onde pode-se verificar o que representa a disponibilidade do crédito rural em relação aos demais créditos oportunizados pelo Sicredi no período de 2002 à 2011, bem como a evolução dos mesmos nesse período.

<sup>1</sup> Sobre o período em análise cabe destacar que foram solicitadas informações nesse órgão referente a última década, assim, os relatórios fornecidos são do período de 2002 à 2011, enquanto que os dados do IBGE são do período de 2000 à 2010, já que até o presente momento não foram divulgados novos dados.

Gráfico 3- Evolução das operações de créditos, comparativo entre valores de créditos rurais e o valor total de créditos disponibilizado pelo Sicredi no período de 2002 a 2011.



Fonte: Sicredi (2012)

Elaborado pelo autor

O Gráfico 3 mostra um comparativo do total de crédito rural em relação aos demais créditos disponibilizados pela Sicredi no período de 2002 à 2010, podendo-se observar que a evolução dos valores de créditos disponibilizados cresceram tanto na modalidade de crédito rural quanto nas demais formas de créditos financiados pela Sicredi. Em 2002 o crédito rural representava 38,33% do total de crédito liberado e em 2011 o percentual passou para 62,02% mostrando que o percentual de liberação de crédito rural no período de 10 anos praticamente duplicou em relação aos demais créditos concedido por esse agente financeiro.

Em pesquisa realizada junto ao Banco do Brasil, que também atua no município como agente financeiro, foi possível obter informações sobre a liberação de crédito rural por esse agente nos anos de 2002, 2006 e 2010, sendo que em 2002 o Banco do Brasil liberou o montante de R\$ 554.286,00 destinados a crédito rural para aplicação nas mais diferentes finalidades, em 2006 o montante subiu para R\$ 1.948.210,00 e em 2011 os valores foram para R\$ 4.208.141,00. O Banco do Brasil oferece produtos e serviços como BNDES, Finame, Pronaf, Proger, cartão Ourocard Platinum Agronegócio e demais programas que se destinam a investimentos na mecanização e instalações nas propriedades. Ainda sobre os créditos oferecidos pelo Banco do Brasil do município, o mesmo trabalha com mecanismos de proteção de produção e de preços que podem ser adquiridos na contratação das operações de crédito rural, tais como: BB Seguro Agrícola, o Programa GPA – Garantia de Preços

Agropecuários e o Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, que visa garantir a amortização de custeios agrícolas no caso de ocorrência de sinistro na lavoura.

De acordo com os técnicos da EMATER do município nos últimos 10 anos foram elaborados 1.333 projetos de liberação de créditos no município. Do total de projetos, 737 foram encaminhados pela EMATER para a Sicredi e 596 foram encaminhados ao Banco do Brasil.

Com esses dados é possível identificar que durante a última década, a procura por crédito rural e a liberação dos mesmos aumentou significativamente em Salto do Jacuí. De acordo com os agentes financiadores, os sistemas para o fornecimento de crédito rural tornam-se menos burocrático e tanto os pequenos produtores como os grandes produtores rurais conseguem obter diferentes linhas de crédito com maior facilidade.

## 4.2 Principais atividades agropecuárias e evolução da produção no município

Sobre as atividades desenvolvidas no município, a agricultura é responsável pela geração de dezenas de empregos no campo. A partir da década de 1970, ocorreu um processo de aceleração da monocultura na localidade, com a cultura da soja e trigo como principais produtos, seguidos do cultivo, milho e feijão. A atividade agrícola é muito importante para a economia local, pois é responsável pela geração de renda condições para fixar o homem no campo. Além da produção de grãos para a indústria, a agricultura local produz sementes para comercialização.

Segundo dados do IBGE - Censo Agropecuário no ano de 2010, os produtos agropecuários mais produzidos no município foram: a soja, o milho, o trigo e o feijão, a produtividade em toneladas, a área plantada em hectares e o valor da produtividade em mil reais dessas variedades de grãos no ano de 2010 podem ser visualizadas na Tabela 6.

Tabela 6- Produção de grãos município de Salto do Jacuí (2010)

<b>Produto</b>	<b>Área plantada (hectares)</b>	<b>Valor da produção (mil reais)</b>
<b>Feijão</b>	750	1.118
<b>Milho</b>	2.000	2.175
<b>Soja</b>	19.600	29.452
<b>Trigo</b>	2.500	2.819
<b>Total</b>	24.850	35.564
<b>Outras Culturas</b>	3.265	6.142

Fonte: IBGE 2010

Na Tabela 3 verificou-se que 34.198 hectares de terras dos estabelecimentos rurais eram ocupados com lavouras temporárias, deste total, como mostra a Tabela 6, 24.850, estão desenvolvendo as culturas de feijão, milho, soja e trigo assim, as áreas ocupadas com o plantio dessas culturas representa um percentual de 72,67% do total da área ocupada com lavouras temporárias.

As outras culturas como: amendoim, batata, mandioca, cana de açúcar, entre outros que são produtos de subsistência ocupavam uma área de 3.265 hectares, o que representa um percentual de 27,33% de área total de terra ocupada com a produção de lavouras temporárias. O valor total da produção no ano de 2010 foi de R\$ 41.706 desse total, 85,17% pertencem as culturas de milho, soja trigo e feijão e 14,72% as demais culturas.

Sobre os dados da pecuária o município destaca-se na criação de bovinos, seguido da criação de ovinos, suínos e caprinos. A pecuária bovina é criada extensivamente, com pastagem baseada no campo nativo. Durante o inverno faz-se o aproveitamento de reservas para a implantação de pastagem com aveia e azevém. A bovinocultura de corte é mais expressiva, enquanto a leiteira é relativamente pequena.

A atividade leiteira, segundo a Emater teve início no município por volta do ano de 1995, entretanto, somente a partir dos anos de 2006 e 2007 foram realizados investimentos para melhorias nas instalações das propriedades, mecanização e maior qualidade genética do rebanho, através novas tecnologias de inseminações artificiais. A entrada de novas empresas comprando os produtos também gerou maior competitividade e conseqüentemente maior valorização do produto.

De acordo com dados do IBGE de 2010 o número efetivo de rebanho bovino em cabeças do município era de 12.650 animais. Sendo que dessa quantidade, cerca de 14% do rebanho do município são bovinos criados para o desenvolvimento da atividade leiteira, ou seja, aproximadamente 1.771 animais. Na Tabela 7 pode ser visualizado um resumo do que representa a atividade leiteira no município em termos de quantidades de estabelecimentos que desenvolvem essa atividade, quantidade de produção e valor anual da produção, tendo como base o ano de 2010.

Tabela 7- Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar, não familiar a quantidade produzida em litro/ano (2010).

	Número de estabelecimentos	Quantidade	Valor
Não Familiar	16	2.340,280	970.461,00
Familiar	181	2.375,736	991.800,00
Total	197	4.416.016	1.962.961,00

Fonte: IBGE (2010)

Conforme mostrado na Tabela 2, o município possuía em 2010, 655 estabelecimentos agropecuários, já a Tabela 7 mostra que o número de estabelecimentos que desenvolvem atividades ligadas à produção de leite somava em 2010, 197 estabelecimentos. Desta forma pode-se observar que 30,07% do total dos estabelecimentos rurais do município desenvolve atividade de produção leiteira.

Na última década pode-se verificar que no município de Salto do Jacuí houve uma variação considerável na produção agrícola. Um dado interessante que pode ser observado nesse período diz respeito à área de terra cultivada, na Tabela 8 pode-se verificar que houve uma redução da área cultivada. Em 2000 a área total de terra destinada ao cultivo de feijão, milho, soja e trigo era de 34.550 hectares em 2010 essa área foi reduzida á 24.850 hectares.

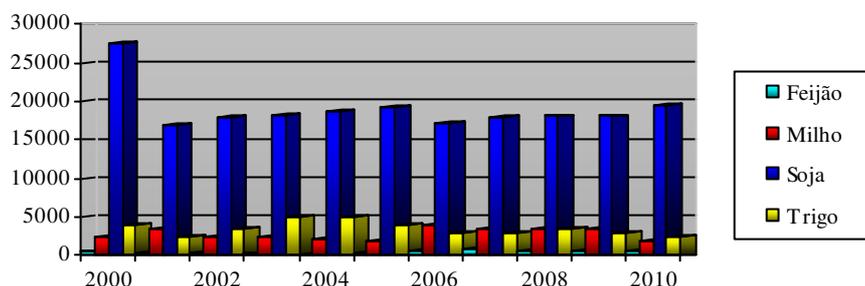
Tabela 8- Variação área cultivada no período de 2000 à 2010

Lavoura temporária	Área plantada (Hectares)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Feijão	550	350	370	300	180	370	700	860	700	750	750
Milho	2.500	3.500	2.500	2.500	2.150	1.950	4.000	3.500	3.500	3.500	2.000
Soja	27.500	17.000	18.000	18.300	18.700	19.200	17.200	18.000	18.100	18.100	19.600
Trigo	4.000	2.500	3.500	5.000	5.000	4.000	3.000	3.000	3.500	3.000	2.500

Fonte IBGE (2010)

Como se pode observar, com exceção do feijão, as demais culturas tiveram sua área reduzida entre o período de 2000 à 2010. O milho em 2000 ocupava uma área de 2.500 hectares em 2010 passou para 2.000 hectares. A área de terra destinada ao cultivo de soja em 2000 era de 27.500 hectares e em 2010 reduziu para 19.600 hectares. Já o trigo no ano de 2000 ocupava uma área de 4.000 hectares e em 2010 a área foi reduzida quase que 50% chegando a 2.500 hectares. Somente o feijão teve sua área cultivada aumentada nesse período, em 2000 a área destinada ao cultivo desse grão era de 550 hectares e passou para 750 hectares em 2010. Pode-se acompanhar essa evolução anual das áreas de terras cultivadas com essas culturas no Gráfico 4.

Gráfico 4- Variação da área plantada (2000 à 2010)



Fonte IBGE 2010

A redução total da área de terra cultivada do ano de 2000 até 2010 foi de 9.700 hectares, representando uma diminuição de área de mais de 20%. Embora tenha reduzido a área cultivada de 34.550 mil hectares para 24.850 mil hectares, a quantidade de produção das culturas aumentou. Conforme mostram os dados da Tabela 9.

Tabela 9- Variação da produção no período de 2000 a 2010

Lavoura	Quantidade produzida (Toneladas)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Feijão	480	510	495	260	160	427	1.050	1.242	1.020	1.065	945
Milho	9.000	14.700	9.900	10.500	10.725	4.125	14.400	14.700	11.130	11.484	9.000
Soja	36.300	40.800	32.400	57.096	26.928	12.012	44.376	45.900	32.580	43.440	52.920
Trigo	5.700	5.250	5.250	12.000	8.100	7.200	4.410	6.300	6.930	5.940	6.750

Fonte: IBGE (2010)

Por meio dos dados das Tabelas 8 e 9, é possível observar que as culturas que mais se destacam no município, ou seja, o feijão, o milho, a soja e o trigo, passaram por diferentes variações de quantidades produzidas na última década.

Ao calcular a produtividade no período de 2000 a 2010 é possível obter os seguintes resultados:

a) Feijão

Ano de 2000:

Área plantada: 550 hectares

Quantidade produzida: 480 Toneladas

Produtividade: 0,87 Ton/hect.

Ano de 2010:

Área plantada: 750 hectares

Quantidade produzida: 945 Toneladas

Produtividade: 1,26 Ton/hect.

Pelo cálculo de produtividade do feijão analisando o ano de 2000 comparado ao ano de 2010 pode-se observar que a área plantada, a quantidade produzida e a produtividade

aumentaram. No ano de 2000 em uma área de 550 hectares foi colhido 480 toneladas e a produtividade foi de 0,87 toneladas por hectare o que representa aproximadamente 14,5 sacas por hectare. No ano de 2010 em uma área de 750 hectares foi colhido 945 toneladas e a produtividade foi de 1,26 toneladas o que representa aproximadamente 21 sacas por hectare.

A quantidade produzida de feijão no município de Salto do Jacuí subiu de 480 toneladas em 2000 para 945 toneladas em 2010 sendo observado um aumento de produtividade desse grão de quase 100% no período analisado.

No Rio Grande do Sul o cultivo do feijão é realizado em pequenas propriedades rurais e tem se expandido nos últimos anos conforme dados do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, em Salto do Jacuí o aumento do cultivo desse grão está associado as condições climáticas favoráveis e ao baixo custo de produtividade, com pouco uso de insumos externos. O feijão é um dos pratos principais da família brasileira e no município passou a ser cultivado em pequenas propriedades rurais com o objetivo de atender a subsistência das famílias.

#### b) Milho

Ano de 2000	Ano de 2010
Área plantada: 2.500 hectares	Área plantada: 2000 hectares
Quantidade produzida: 9.000 Toneladas	Quantidade produzida: 9.000 Toneladas
Produtividade: 3,60 Ton/hec.	Produtividade: 4,5 Ton/hec.

Ao calcular-se a produtividade do milho é possível observar que no ano de 2000 em uma área de 2.500 hectares foi colhido 9.000 toneladas de milho e a produtividade girou em torno de 3,60 toneladas por hectare, aproximadamente 60 sacas por hectare. Já em 2010 a área plantada foi de 2.000 hectares e a quantidade produzida não variou ficando em 9.000 toneladas, entretanto, a produtividade subiu para 4,5 toneladas por hectares, 10 sacas a mais por hectare comparado ao ano de 2000.

#### c) Soja

Ano de 2000	Ano de 2010
Área plantada: 27.500 hectares	Área plantada: 19.600 hectares
Quantidade produzida: 36.300 Toneladas	Quantidade produzida: 52.920 Toneladas
Produtividade: 1,32 Ton/hec.	Produtividade: 2,70 Ton/hec.

A cultura da soja no período analisado pode ser considerada a cultura que mais sofreu variações no município, tanto de área plantada, como quantidade colhida e produtividade. No ano de 2000 a área plantada de soja foi de 27.500 hectares, e a quantidade produzida foi 36.300 toneladas registrando uma produtividade de 1,32 toneladas por hectare, aproximadamente 22 sacas por hectare. Em 2010 a área plantada reduziu para 19.600 hectares, a quantidade produzida subiu para 52.920 toneladas e a produtividade passou de 1,32 toneladas por hectare para 2,70 toneladas por hectare, o que representa aproximadamente, 45 sacas por hectares, 23 sacas a mais por hectare em 2010 relacionada ao ano de 2000. Nota-se que a área plantada reduziu cerca de 28,70% enquanto que a produção do grão aumentou cerca de 45,78% nesse período.

Ainda sobre a soja, entre o ano de 2000 a 2010 a maior safra registrada foi no ano de 2003, atingindo a quantidade de 57.096 toneladas, segundo informações da Emater, em 2003, as expectativas sobre a valorização do produto aliado as condições climáticas favoráveis contribuíram para a alta produtividade registrada.

#### d) Trigo

Ano de 2000	Ano de 2010
Área plantada: 4.000 hectares	Área plantada: 2.500 hectares
Quantidade produzida: 5.700 Toneladas	Quantidade produzida: 6.750 Toneladas
Produtividade: 1,42 Ton/hec.	Produtividade: 2,70 Ton/hec.

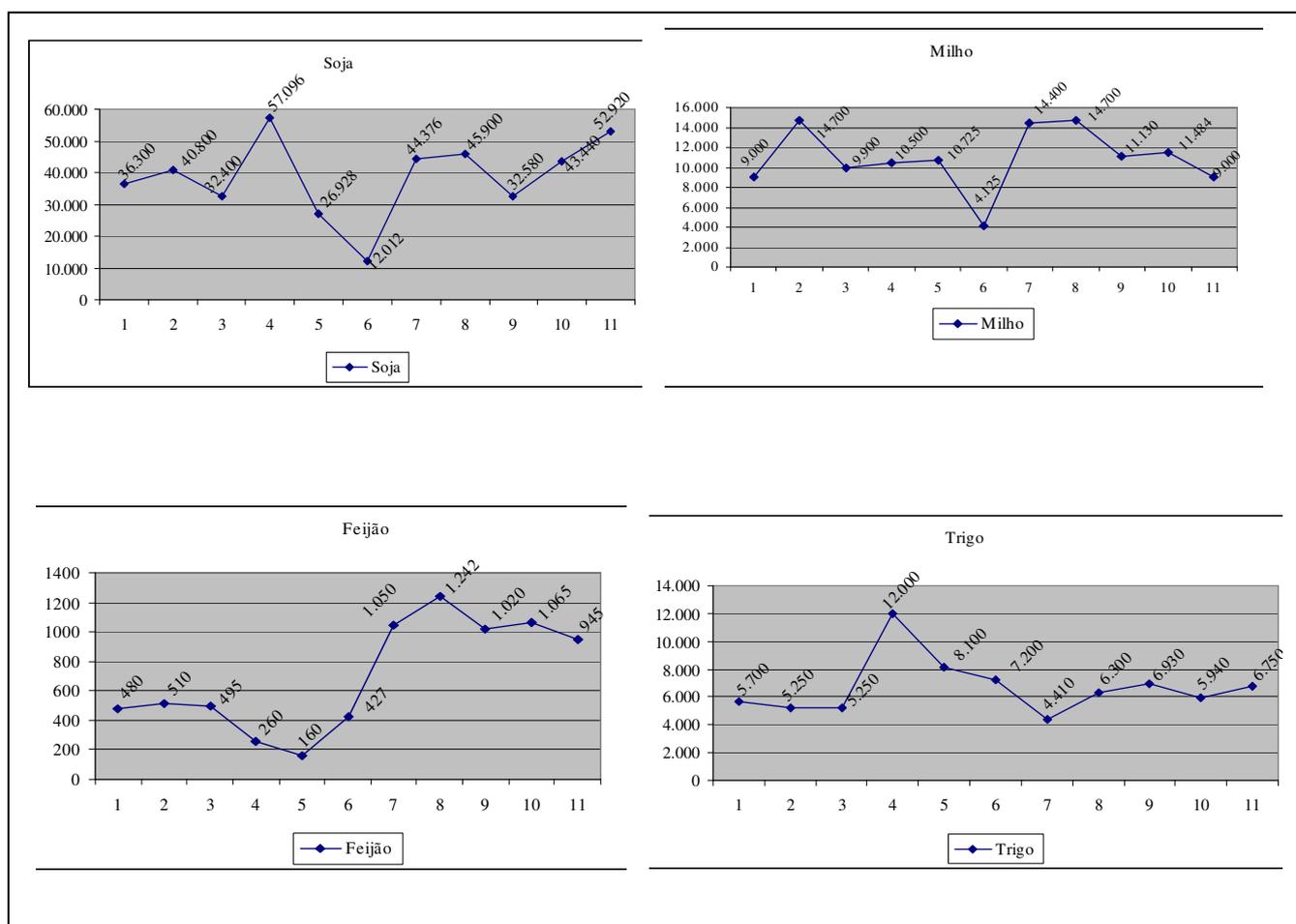
Com relação ao trigo, observam-se também variações significativas de área cultivada, quantidade produzida e produtividade ao comparar-se o ano de 2000 ao ano de 2010. No ano de 2000 a área plantada de trigo em Salto do Jacuí foi de 4.000 hectares, nessa área foi colhido 5.700 toneladas do grão e a produtividade obtida foi de 1,42 toneladas, representado aproximadamente 23,66 sacas por hectare. Já em 2010 a área plantada reduziu para 2.500 hectares, a quantidade produzida subiu para 6.750 toneladas e a produtividade passou para 2,70 toneladas por hectare o que representa 45 sacas por hectare.

Conforme visto, ao comparar a safra do ano de 2000 à de 2010 pode-se observar que: a cultura do feijão teve aumento da área cultivada, aumento de produção e aumento de produtividade por hectare. O milho teve redução da área cultivada, manteve a quantidade produzida e aumentou a produtividade por hectare. Já a soja e o trigo tiveram redução da área cultivada, aumento na quantidade produzida e aumento de produtividade. A redução de área plantada e aumento da produção, tanto para as culturas de soja como de trigo, segundo a

EMATER do município, estão associados a investimentos na recuperação do solo, novas tecnologias de plantio e colheita, seleção e qualidade do grão, tecnologias de mecanização, novos herbicidas e inseticidas que ajudam a controlar as perdas de produtividade.

Ainda baseado nos dados da Tabela 9 é possível verificar uma queda acentuada da produção nos anos de 2004 e 2005. A Economia agropecuária do município de Salto do Jacuí em 2004 e 2005, de acordo com informações da EMATER, foi bastante afetada por uma forte estiagem que assolou o município, tanto as atividades agrícolas como pecuárias tiveram perdas de produtividade conforme comprovam os laudos da EMATER do município (anexos A, B e C). No Quadro 4 pode ser visualizados gráficos que mostram o comportamento da produção de soja, milho feijão e trigo.

Quadro 4: Amostragem da variação da produção agrícola no período de 2000 à 2010



Fonte: IBGE (2010)  
Elaborado pelo autor

### 4.3 Relação crédito x produção

Ao analisarmos os impactos do crédito rural sobre a produção agrícola do município nos últimos 10 anos é possível identificar que o houve aumento nos valores de crédito rural assim como houve aumento na produção agrícola.

Na análise realizada com dados da Sicredi, verificou-se que em 2002 a agencia liberou um montante de R\$ 843.425,00 em crédito rural, em 2011 o valor passou para R\$ 14.130.718,00. Quanto as informações fornecidas pelo Banco do Brasil, pode-se verificar que em 2002 o créditos rural atingiu o valor de R\$ 554.286 e em 2010 esse valor subiu para R\$ 7.208.141,00. A EMATER realizou no período de 2002 a 2010 um total de 1.333 projetos para a liberação de crédito rural com diferentes finalidades que foram encaminhados aos agentes financiadores Sicredi e Banco do Brasil do município. De acordo com a EMATER o Banco do Brasil e a Sicredi trabalham com programas que atendem diversas linhas de créditos, contudo, o Banco do Brasil está mais envolvido com liberação de créditos através dos Programas Federal. A Sicredi trabalha de forma mais efetiva com financiamentos destinados a cobrir custos de produção.

Assim, como se observou aumento na liberação de crédito rural, também se evidenciou um aumento na produção agrícola no município, onde se pode verificar um aumento do valor agregado a produção de feijão, o milho, a soja e o trigo entre o período de 2001 e 2010, conforme Tabela 10 .

Tabela 10- Comparativo do valor da produção no período de 2001 à 2010

<b>Lavoura temporária</b>	<b>2001</b>	<b>2010</b>
<b>Feijão</b>	617	1.118
<b>Milho</b>	4.219	2.175
<b>Soja</b>	14.933	29.452
<b>Trigo</b>	1.297	2.819
<b>Total</b>	21.066	35.464

Fonte IGBE (2010)

No ano de 2000 a soma dos valores da produção desses grãos foi de R\$ 21.066, em 2010 a soma da produção feijão, milho, soja e trigo passaram para R\$ 35.564. Esses dados mostram que os valores da produção agrícola entre o período de 2001 à 2010 aumentaram em

14.398. Em termos percentuais, pode-se verificar que entre o ano de 2001 à 2010 os valores de produção agrícola no município aumentaram cerca de 68,34%.

A produção de soja do ano de 2002 para o ano de 2010 aumentou cerca de 63,33%. Quanto a produção de milho a variação já não foi tão significativa e pode-se observa a redução de produção em torno de 9,09%. A produção de trigo aumentou em num percentual de 28,57%. A cultura de feijão também evoluiu bastante nesse período sendo que o aumento de produtividade entre os anos de 2002 a 2010 significa aproximadamente 100%. A criação de gado de corte reduziu entre o período de 2002 a 2010, entretanto, a produção de leite aumentou.

As linhas de créditos mais utilizadas pelos estabelecimentos rurais do município são o de custeio e o de investimento. Como o crédito de custeio tem a finalidade de cobrir despesas dos ciclos de produção, pode auxiliar os pequenos produtores no momento do plantio, com o valor financiado o produtor poderá garantir uma maior qualidade na escolha dos grãos, manejo do solo, e aplicação de inseticidas e herbicidas necessários para um bom cultivo. Os créditos da linha de investimento também podem estar contribuindo para um aumento da produção pela implementação de equipamentos mecanizados utilizados durante todo ciclo produtivo desde o preparo do solo para o plantio até a colheita. Os investimentos também podem ser realizados para aumentar a produtividade de leite, reestruturando as propriedades e investindo em mecanização e pastagens.

## CAPÍTULO V: PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A partir da análise realizada sobre o papel do crédito rural no crescimento e fortalecimento da agropecuária no município de Salto Jacuí-RS pode-se concluir que os objetivos da pesquisa foram alcançados, apesar de algumas limitações. Quanto a problemática, também foi possível obter respostas a cerca do questionamento de como o crédito rural tem influenciado o desenvolvimento econômico do município de Salto do Jacuí, em especial das atividades agropecuárias na última década.

O trabalho permitiu o entendimento através de uma pesquisa bibliográfica sobre a evolução do crédito rural no Brasil. Nessa parte do trabalho foi possível identificar e compreender as políticas agrícolas implementadas no país. As principais observações realizadas referem-se à pelo menos quatro momentos principais das políticas de créditos no país: o início do surgimento de crédito rural no Brasil por volta de 1930; a falta de recursos e as dificuldades de créditos nos entre os anos de 1940 à 1960; o processo de modernização do sistema agrícola produtivo a partir dos anos 60, onde o governo passou a criar programas de créditos e incentivo ao desenvolvimento da agricultura e pecuária beneficiando grandes produtores e promovendo o êxodo rural; e, os anos de 1980 e 1990, onde novos planejamentos para políticas de crédito rural foram criadas beneficiando também os pequenos produtores rurais, essa nova realidade da política de créditos tem devolvido ao pequeno produtor rural o direito de cultivar a terra, tirar dela o sustento de sua família e permitir sua permanência no campo.

Para entender melhor estas questões buscou-se desenvolver esse trabalho voltado também para em uma análise local da evolução do sistema produtivo agropecuário e a evolução do crédito rural do município de Salto do Jacuí na última década. Assim, a pesquisa possibilitou a realização da caracterização do município, verificando alguns pontos importantes para localizar o leitor sobre as condições geográficas, populacionais econômicos e sociais, mostrando que o município possui um bom desenvolvimento e que a agricultura e pecuária são importantes fontes econômicas do município.

Outra conclusão importante, refere-se ao principal objetivo desse trabalho que buscava analisar a evolução da produção agrícola no município de Salto do Jacuí relacionada a evolução do crédito rural. Pelos dados apurados pode-se dizer que o crédito rural tem sido um importante aliado do homem no campo, com as linhas de créditos disponibilizadas pelo

governo federal e estadual através de agentes credenciados que são os bancos e através das linhas próprias de crédito rural de cada agente financiador, os produtores rurais do município de Salto do Jacuí tem conseguido uma maior produtividade, especialmente para as culturas de feijão, milho soja e trigo e ainda para a produção de leite bovino.

Observou-se que na última década houve diminuição das áreas plantadas no Município de Salto do Jacuí e aumento da produtividade podendo concluir que os investimentos oportunizados pelo crédito rural têm trazido maior qualidade de produção e também a modernização do setor agrícola e pecuário no município.

## REFERÊNCIAS

- AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. Disponível em: <[http://www.gp.usp.br/files/denru\\_agribrasil.pdf](http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf)> . Acesso em 02 nov. 2011.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997b
- BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- BARROS, J. R. M. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: VEIGA, A. **Ensaio sobre Política Agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira Campo-território: **Rev. de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787> >. Acesso em: 10 abr.2012.
- BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura**: Trigo e Soja, Petrópolis: Vozes, 1988.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 2. ed. São Paulo: Garamond, 2000.
- FAO-INCR. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UTF/BRA/036/ BRA. Agosto de 1996.
- FERNANDES, Arissane Dâmaso. Algumas considerações acerca da expansão da fronteira agrícola no cerrado brasileiro. (2010). Disponível em: <[http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=90](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=90)>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- GALLIANO, Guilherme. **O Método Científico**: teoria e prática. São Paulo: Editora Mosaico Ltda, 1979.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GUANZIROLI, Carlos E.; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio Márcio; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA. Plano Local de Habitação de Interesse Social Salto do Jacuí/RS. Prefeitura Municipal. Coordenação

Técnica: Arq. Cláudia Damasio; Econ. Gevaci Perroni; Arq. Jacqueline Menegassi. Volume 1, 2010.

MARTINS, Alberto André Barreto. Crédito rural. Evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do banco central do Brasil. In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, 73, (2010). Disponível em:<[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7156](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7156)> . Acesso em: 13 mar. 2012.

MATA, M. Crédito rural: caracterização do sistema e estimativa dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia**. v. 36, n. 3, 1982.

MEYER, R. L.; ADAMS, D.; RASK, N.; ARAÚJO, P. F. C. Mercados de crédito no Brasil e os pequenos agricultores no Brasil. In: ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, E. **Desenvolvimento da agricultura: análise de política econômica**. São Paulo: Pioneira, 1977.

MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem. Disponível em:<[www.abimaq.org.br/ceimaq/meta3/download/moderinfra.pdf](http://www.abimaq.org.br/ceimaq/meta3/download/moderinfra.pdf)> . Acesso em: 09 dez. 2011.

MONTAGNER, Carla Luiza. **Salto do Jacuí**: de potrerinho a capital de energia elétrica. Gráfica Gespi: Tapera, 2003.

PRONAF (2002): Relatório Institucional do PRONAF. SAF/MDA. [www.mda/saf.org](http://www.mda/saf.org)

PROFI – **Desenvolvimento regional e sustentável**. Universidade Corporativa do Banco do Brasil. Brasília, ano 8, n. 30, 2008.

SAYD, J. Crédito rural e taxas de juros reais positivas. In: Encontro Nacional de Economia, Olinda, 1981. **Anais**. Brasília: ANPEC, 1981.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1978.

SILVA, Graziano da. **Modernização dolorosa**. São Paulo: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.

SOUZA Cleonice Borges de; CAUME David José. **Crédito rural e agricultura familiar no Brasil**. Disponível em:<[http://www.uft.edu.br/pgdra/documentos/dissertacoes/maria\\_das\\_gracas\\_dias\\_pinheiro\\_castro\\_2009.pdf](http://www.uft.edu.br/pgdra/documentos/dissertacoes/maria_das_gracas_dias_pinheiro_castro_2009.pdf)> . Acesso em 25 mar. 2012.

SPOLADOR, H. F. S. Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura. (Dissertação de Mestrado), Piracicaba: ESALQ/USP, 2001.

ROSA, Sueli L. Couto. Desafios do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Reforma Agrária**. Campinas: ABRA, v. 25, n. 2 e 3, p. 185-192, maio-dez. 1995

TOESCA Régio Marcio Gimenes; GIMENES Fátima Pegorini; GOZER Isabel Cristina. **Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais** (2008). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/855.pdf>.> Acesso em 14 mar. 2012.

#### SITES PESQUISADOS:

[http:// www.saltodojacui.redecidades.net/](http://www.saltodojacui.redecidades.net/)

[.http:// www pt.wikipedia.org/wiki/Salto do Jacu%C3%AD](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Salto_do_Jacu%C3%AD)

<http://www.saltodojacui.rs.gov.br/>

<http://www.sicredi.com.br/>

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt)

<http://www.mda.gov.br/portal/>

<http://www.bradescorural.com.br/site>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?z=t&o=1&i=P>

APÊNDICE A – Carta de apresentação do acadêmico e solicitação para acesso a informações  
– Sicredi.

**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE ACESSO A INFORMAÇÕES**

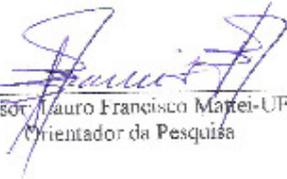
Florianópolis, outubro de 2011.

Prezado Sr (a):

Ao cumprimentá-lo cordialmente apresento o acadêmico **Carlos Augusto Carvalho Della Nina**, aluno do 8.º período do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina que está realizando a pesquisa intitulada “O papel do *Crédito Rural no crescimento da agropecuária do município de Salto do Jacuí/RS*”, como Trabalho de Conclusão de Curso. Tal estudo tem como objetivo analisar o processo de modernização da agricultura e sua relação com o crédito rural, investigando mais especificamente como este fenômeno ocorreu no Município de Salto do Jacuí/RS, de tal forma a proporcionar o crescimento da atividade relacionado das atividades agropecuárias do município. Para tanto, solicito autorização para que o mesmo possa acessar e coletar dados junto ao Sicredi – Cooperativa de Créditos, tais como relatórios e outras informações disponíveis capazes de oferecer um quadro analisado sobre a evolução do crédito rural para agricultores do município de Salto do Jacuí nos últimos 10 anos.

Contando com a colaboração costumeira, desde já antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente

  
Professsor Mauro Francisco Martel-UFSC  
Orientador da Pesquisa

APÊNDICE B – Carta de apresentação do acadêmico e solicitação para acesso a informações  
– Emater

CARTA DE SOLICITAÇÃO DE ACESSO A INFORMAÇÕES

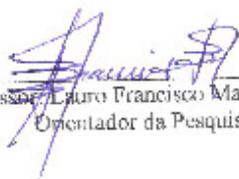
Florianópolis, outubro de 2011.

Prezado Sr (a):

Ao cumprimentá-lo cordialmente apresento o acadêmico **Carlos Augusto Carvalho Della Nina**, aluno do 8.º período do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina que está realizando a pesquisa intitulada "*O papel do Crédito Rural no crescimento da agropecuária do município de Salto do Jacuí/RS*", como Trabalho de Conclusão de Curso. Tal estudo tem como objetivo analisar o processo de modernização da agricultura e sua relação com o crédito rural, investigando mais especificamente como este fenômeno ocorreu no Município de Salto do Jacuí/RS, de tal forma a proporcionar o crescimento da atividade relacionado das atividades agropecuárias do município. Para tanto, solicito autorização para que o mesmo possa acessar e coletar dados e informações junto à EMATER-RS relativos a produção agropecuária do município de Salto do Jacuí nos últimos 10 anos.

Contando com a colaboração costumeira, desde já antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente

  
Professor Lauro Francisco Mattei-UFSC  
Orientador da Pesquisa

## ANEXO A – Laudo técnico Emater Levantamento de perdas estiagem



## LAUDO DE PERDAS

## LEVANTAMENTO DE PERDAS/DANOS POR OCORRÊNCIA CLIMÁTICAS NAS PRINCIPAIS CULTURAS E PRODUÇÃO LEITEIRA DO MUNICÍPIO

Através de levantamento efetuados junto as propriedades rurais, constatamos que as perdas ocorridas até o momento devido a estiagem foram as seguintes:

- Soja - 50%;
- Milho: - plantio até outubro 70% da área - 0%;  
- plantio após outubro 30% da área - 100%;
- Feijão 1ª safra - 0%;
- Feijão 2ª safra - 85%;
- Produção de leite - 50%.

A porcentagem de perda é em relação a previsão inicial de colheita.

Gráfico das perdas no município:

## Grãos:

Área	Estimativa de Colheita	Perdas	Quant. Perdas	Valor (R\$)	Valor do Produto (R\$)
18.700 há (soja)	58.344 ton.	50%	29.172 ton	23.337.600,00	48,00 / sc
1.575 há ( milho pla. até outubro)	6.615 ton.	0%	-	-	17,00 / sc
675 há (milho pla. após outubro)	2.835 ton.	100%	2.835 ton.	803.250,00	17,00 / sc
Feijão 1º safra	153 ton.	0%	-	-	60,00 / sc
Feijão 2º safra	60 ton.	85%	51 ton.	51.000,00	60,00 / sc

## Produção de Leite

Cabeças	Produção diária	Produção Mensal	Perdas	Quant. Mensal de Perdas	Valor (R\$)	Valor do produto (R\$)
1100	7.000 lt.	210.000 lt.	50%	105.000 lt.	36.750,00	0,35 lt.

Salto do Jacuí, 12 de abril de 2004.

Adeleir Antonio Pedrassani  
CREA 40007  
Chefe do E.M ASCAR/EMATER/RS

EMATER/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - CNPJ 89.161.475/0001-73  
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - CNPJ 92.773.142/0001-00  
Rua Botalfogo, 1051 – Caixa Postal 2727 – Porto Alegre/RS – CEP 90150-053 – fone (51) 3233-3144 Internet: www.emater.tche.br

## ANEXO B – Laudo técnico Emater Estiagem (15/04/2005)

**ESTIAGEM 2004/2005****LAUDO TÉCNICO****1 - IDENTIFICAÇÃO**

Município: **SALTO DO JACUÍ**  
 Evento ocorrido: **Estiagem**  
 Atividade afetada: **Soja,**

Data de elaboração- **15 de Abril de 2005.**  
 Período de ocorrência: **Nov/04 a Mar/05**

**2 – ANALISE - A pós realização de Reunião da COMEA, envolvendo representantes de entidades ligadas a agricultura, onde analisamos a situação da agricultura no município.**

**3 – CONSTATAÇÃO NO VOLUME TOTAL DE PRODUÇÃO DA ATIVIDADE MAIS AFETADA.**

Redução em relação à expectativa inicial: **82,5 %**

**4 - PARECER**

CONSIDERANDO A INTESIDADE DO EVENTO OCORRIDO CONSTATADO PELOS PARTICIPANTES DA REUNIÃO. CONSIDERANDO O ACOMPANHAMENTO REALIZADO PELO ESCRITÓRIO MUNICIPAL DA EMATER JUNTO AOS PRODUTORES ASSISTIDOS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AFETADAS, EM CONTATO COM AS ESTRUTURAS DE COMERCIALIZAÇÃO. É POSSIVEL AFIRMAR QUE HOUE PERDAS ACIMA DE 82,5% NA ATIVIDADE ACIMA CITADA.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do Técnico: Adeleir Antonio Pedrassani

Registro no Conselho Profissional: 40007

## ANEXO C – Laudo técnico Emater Estiagem (17/03/2005)



## ESTIAGEM 2004/2005

## LAUDO TÉCNICO

## 1 - IDENTIFICAÇÃO

Município: **SALTO DO JACUÍ**Data de elaboração- **17 de março de 2005.**Evento ocorrido: **Estiagem**Período de ocorrência: **Nov/04 a Mar/05**Atividades afetadas: **Soja, milho, feijão, fumo e pecuária leiteira.**

## 2 – PESSOAS ENTREVISTADAS

NOME	ENTIDADE - INSTITUIÇÃO
Laudi Valentim Pozzati	Engº Agrônomo- COTRIEL
Diógenes Moreira Filho	Gerente de Compras- Banco do Brasil
Luiz Cláudio Goelzer	Presidente- Sindicato Rural
José Clóvis Tramontini	Vice- Prefeito- Secretaria Municipal da Agricultura

## 3 – EVIDÊNCIAS CONSTATADAS NO VOLUME TOTAL DE PRODUÇÃO DA(S) ATIVIDADE(S) MAIS AFETADA(S)

Redução em relação à expectativa inicial: **75%**

## 4 - PARECER

CONSIDERANDO A INTESIDADE DO EVENTO OCORRIDO CONSTATADO PELOS TESTEMUNHOS DAS PESSOAS ENTREVISTADAS. CONSIDERANDO O ACOMPANHAMENTO REALIZADO PELO ESCRITÓRIO MUNICIPAL DA EMATER JUNTO AOS PRODUTORES ASSISTIDOS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AFETADAS, EM CONTATO COM AS ESTRUTURAS DE COMERCIALIZAÇÃO. É POSSIVEL AFIRMAR QUE HOUE PERDAS ACIMA DE 75% NAS ATIVIDADES ACIMA CITADAS, DOS AGRICULTORES ABAICHO IDENTIFICADOS.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do Técnico: **Adeleir Antonio Pedrassani**Registro no Conselho Profissional: **40007**